

EIXO: EDUCAÇÃO DO CAMPO, FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PESQUISA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

SOUZA, Maria Antônia de - UTP
maria.antonio@pq.cnpq.br

FONTANA, Maria Iolanda- UTP
maria.fontana1@utp.br

Resumo

O Presente trabalho aborda a política para a pesquisa instituída pela CAPES/INEP na proposta “Observatório da Educação” que viabiliza processos de investigação e intervenção pedagógica na área da alfabetização e letramento em cinco escolas do campo com baixo IDEB, na região metropolitana de Curitiba. O projeto caracteriza-se como núcleo em rede, envolvendo a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Tuiuti do Paraná. São membros do projeto, nesta última instituição, onde se desenvolve o referido projeto, os professores e alunos do Programa de Pós-graduação-Mestrado e Doutorado em Educação, os acadêmicos das licenciaturas em Pedagogia, Letras, História e Geografia em interação com os professores de escolas públicas do campo. Pretende-se neste trabalho destacar a relevância desta proposta para o processo de formação inicial e continuada de professores, pela e para a pesquisa em educação, efetivando o princípio universitário da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O baixo IDEB das escolas do campo revela a necessidade e a urgência da realização de projetos de pesquisa que contribuam para superação desta defasagem. Com base nesta realidade defende-se a necessidade da materialização da atividade de pesquisa na graduação inicial e no espaço escolar em processos de formação continuada de professores e pedagogos para que ocorra a construção de conhecimentos e de novos saberes, que contribuam para superação de problemas que inviabilizam processos democráticos de ensino e de aprendizagem. O trabalho ora proposto traz como temas e problemas em análise: a relação teoria-prática e a abordagem da pesquisa no processo de formação inicial e continuada de professores e pedagogos da escola do campo; as condições de trabalho na escola do campo; as condições de espaço, tempo e de recursos para que professores e pedagogos realizem pesquisa sobre as questões de alfabetização e letramento e de sua prática pedagógica. Em síntese, interroga-se a realidade das escolas do campo e as possibilidades de formação continuada existente no contexto de programas como o do Observatório da Educação. Defende-se que a ação competente e coletiva de professores e pedagogos, no espaço escolar, mediada pela atividade de pesquisa pode contribuir para a elaboração de currículos e práticas pedagógicas mais democráticas, que assegurem aos estudantes do campo uma formação crítica e emancipatória.

Palavras-chave: Educação do campo. Formação inicial. Formação continuada. Pesquisa. Políticas educacionais.

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PESQUISA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO¹

SOUZA², Maria Antônia de - UTP
maria.antoniam@pq.cnpq.br

FONTANA³, Maria Iolanda- UTP
maria.fontana1@utp.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho coloca em debate temas relacionados à educação pública no Brasil. Das escolas da Educação Básica à Educação Superior, a intenção é refletir sobre aspectos que envolvem a educação do campo, políticas e práticas educacionais.

No Brasil, a última década foi repleta de programas e projetos vinculados à educação pública. São programas efetivados a partir de diversas parcerias entre a sociedade civil organizada e os governos. Por exemplo, o Ministério da Educação por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP lançou em 2010, o segundo edital do Programa Observatório da Educação, com o objetivo de atrair e fomentar pesquisas, principalmente, sobre os processos de alfabetização e de domínio da Língua Portuguesa e da Matemática. Esta política de pesquisa significa, também, um incentivo para que as Instituições de Ensino Superior renovem seus cursos de licenciatura e programas de mestrado e de doutorado, contemplando estes temas. O propósito é investir para aumentar as pesquisas, de modo a refletir no desempenho escolar dos estudantes do ensino fundamental, antecipando, e mesmo elevando, a meta estabelecida no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE para 2022, ou seja, atingir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - de 6,0. Este é o mesmo patamar educacional da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

O trabalho que se apresenta está vinculado ao programa “Observatório da Educação”, no eixo educação do campo, aprovado pelo edital 038/2010, na composição

¹ Este trabalho vincula-se ao Projeto do Observatório da Educação, Núcleo em Rede UFSC-UFPEL-UTP, intitulado “Estudo da realidade das escolas do campo na região sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase no letramento e formação de professores”. É financiado pela CAPES/Observatório da Educação. Refere-se ao Núcleo da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP.

² Bolsista do CNPq- Produtividade em Pesquisa 1D.

³ Bolsista do Projeto Observatório (2011-2015), Núcleo UTP.

em rede, integrando três Programas de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).

O projeto intitulado “Realidade das escolas do campo na região sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores”, é desenvolvido em 18 escolas do campo, sendo seis escolas em cada Estado. O projeto conta com bolsistas distribuídos nas três Instituições de Ensino Superior⁴, composto por: 1 doutorando, 3 mestrandos, 9 graduandos e 9 professores do ensino fundamental, promovendo a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de Educação Básica.

Integram o projeto do “Observatório da Educação” núcleo UTP, onde se desenvolve o presente trabalho, seis escolas do campo da região metropolitana de Curitiba, situadas nos municípios de Quitandinha, Rio Branco do Sul, Fazenda Rio Grande, Araucária, Tijucas do Sul e Campo Magro, cujo menor IDEB é 2,1 e o maior é 4,3. Para cada escola foi organizada a presença de pesquisadores, envolvendo bolsistas do doutorado ou mestrado e da graduação, que por meio de estudos e investigação-ação, pretendem a intervenção com o coletivo dos profissionais das escolas para enfrentar os problemas relacionados à alfabetização e ao letramento de professores e alunos. Esta proposta viabiliza aos graduandos dos cursos de Pedagogia, Letras, História e Geografia a iniciação às atividades de pesquisa, o estudo e a aproximação da e sobre a realidade da educação do campo.

O propósito deste trabalho é problematizar políticas e práticas de pesquisa para a formação de professores. Discute-se a frente de trabalho desenvolvida na Universidade, por meio do projeto do Observatório da Educação, e também as possíveis frentes abertas nos municípios da região metropolitana de Curitiba. Ao lado dessas reflexões, são feitos apontamentos sobre a realidade da formação de professores no âmbito do estado do Paraná, na gestão que vai de 2003 a 2010. Enfim, intenciona-se colocar em debate os desafios e as ações em desenvolvimento no âmbito da educação do campo.

⁴ Pesquisa financiada pela CAPES/ Observatório da Educação 2011 – 2015. Coordenação do Núcleo Observatório da Educação em rede: Profa. Dra. Sônia Aparecida Branco Beltrame/UFSC – Coordenação do Núcleo Observatório da Educação/UFPel - Profa. Dra. Conceição Paludo – Coordenadora do Núcleo Observatório da Educação/UTP: Profa. Dra. Maria Antônia de Souza.

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PESQUISA

Na trajetória da educação brasileira, as políticas para a formação dos professores buscam conciliar perspectivas pedagógicas hegemônicas com os interesses economicistas da classe dirigente do país. Os professores aprenderam nos cursos de formação e reproduziram os princípios, objetivos, conteúdos e métodos da “educação interessada, ou ideológica”, desarticulados as reais condições da escola pública e necessidades emancipatórias dos seus alunos, colaborando para a manutenção do sistema de desigualdade social.

O saldo educacional que ainda vislumbramos de modo geral é a existência de uma escola privada, boa para uma classe que pode pagar e outra, quanto pior, para as populações mais pobres. Contata-se pelo IDEB das escolas do campo, cujos índices variam em média entre 2,0 a 4,0 pontos, o reforço das desigualdades. Conforme problematiza Munarin (2008, p.2) “os povos do campo não prescindem do direito à igualdade: na mesma medida, ao cultivarem identidades próprias, são sujeitos de direito ao trato diferenciado”. A estratégia de uma educação desigual para os diferentes tem colaborado para a recomposição e reestruturação do capitalismo dependente no Brasil, que tem inviabilizado o projeto societário democrático.

De acordo com Frigotto (2010, p.40) é necessário “desenvolver processos formativos e pedagógicos que transformem cada trabalhador do campo e da cidade em sujeitos, não somente pertencente à classe, mas a consciência de classe que lhes indica a necessidade de superar a sociedade de classes”. Significa conforme Gramsci citado por Frigotto (2010, p.40) criar uma nova intelectualidade que surja das massas populares e continuem em contato com elas. Dessa forma se modificaria o panorama ideológico de uma época.

Nesse aspecto, a competência técnica e política dos professores são basilares. Trata-se da competência técnica, não articulada aos interesses da classe dominante, mas reflexo da luta do coletivo de professores, politicamente organizados e articulados com os interesses dos trabalhadores. Na perspectiva de Nosella, apontada por Saviani (1997, p. 54) “o compromisso político é o ponto crítico do processo educativo”, para ele, o professor no âmbito político deve romper com a cultura (enciclopédica-burguesa), negando a incoerência que reina na escola capitalista. Essa condição que tem a escola justifica a tese de que todo o ato educativo é político, uma vez que “produz este ou

aquele efeito social, dependendo das forças sociais que nela atuam e com as quais ela se vincula”. (SAVIANI, 1997, p.60).

O conteúdo dos cursos de formação de professores, como dos estudantes da educação básica do campo e da cidade precisam assegurar a leitura histórica da realidade, articulada com os processos formativos mais amplos, contemplando ciência, cultura, experiência e trabalho. (FRIGOTTO, 2010, p.36)

A adoção de teorias críticas da educação podem contribuir para a análise de papéis e ações desempenhadas pelos professores e pedagogos nas escolas para que ocorram, em processos de formação inicial e continuada, a construção de conhecimentos pedagógicos e de novos saberes, que contribuam para superação de problemas que inviabilizam processos democráticos de ensino e de aprendizagem.

Acredita-se que ação coletiva de professores e pedagogos, o domínio dos conteúdos historicizados e dos métodos de ensino, mediados pela atividade de pesquisa sobre a prática educativa e a construção do conhecimento pedagógico, pode efetivar currículos mais democráticos e mais fecundos, que assegurem uma formação crítica, criativa e humanizadora. A democratização do ensino e da Educação Básica depende, entre outros fatores, da qualidade da prática pedagógica empreendida para favorecer o acesso de todos os estudantes aos conhecimentos escolares e demais saberes que circulam na sociedade.

A pesquisa sobre a prática pedagógica nas escolas do campo, realizada por Souza (2008, p.1.100) constatou que os professores “dão relevância aos aspectos da comunidade e da realidade local na seleção dos conteúdos escolares, embora o livro didático seja o instrumento central no trato dos conteúdos”. Revela que o professor do campo tem lacunas em sua formação para compreender e trabalhar com a identidade do campo. A autora ressalta a importância de investimentos na formação continuada de professores que atuam no campo, possibilitando a problematização e as trocas de experiências e angústias pedagógicas para a construção de novos conhecimentos educacionais.

Nessa direção, o que se propõe é a materialização da prática da pesquisa pelos professores da escola do campo, subsidiados por conhecimentos teórico-metodológicos para que possam construir saberes e criar alternativas para superar os problemas da sua prática pedagógica.

A defesa da pesquisa na ação docente tem como fundamento a crença de que esta atividade no espaço escolar propicia a reflexão crítica sobre as questões do ensino e

da aprendizagem, pois nem sempre é possível o distanciamento e a realização de uma ação analítica e rigorosa sobre os problemas emergentes da prática pedagógica, como se faz em uma pesquisa científica. É extremamente importante que o professor desenvolva o espírito investigativo, “que ele aprenda a observar, a formular questões e hipóteses e a selecionar instrumentos e dados que o ajudem a elucidar seus problemas e a encontrar caminhos alternativos na sua prática docente”. (ANDRÉ, 2008, p.59).

O aspecto fundamental do trabalho com a pesquisa pedagógica é tomá-la como ponto de partida para então, buscar o aprofundamento teórico que ofereça elementos para reflexão e ação sobre os problemas da realidade. Dessa forma, garante-se a articulação teoria-prática tão necessária e desejada nos cursos de formação docente. A perspectiva da pesquisa na prática de professores, que se defende, pretende a superação da racionalidade instrumental presente nos cursos de formação inicial e continuada de professores. Esta racionalidade encaminha a formação para a mera execução técnica do trabalho docente, desarticulando o conhecimento pedagógico das questões sociais mais amplas que determinam a complexidade da prática educativa na sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, Santos (2008, p.16) defende que “o professor deve trabalhar como um pesquisador, identificando problemas de ensino construindo propostas de solução com base na literatura e em sua experiência, colocando em ação as alternativas planejadas, observando e analisando os resultados obtidos, corrigindo percursos que se mostram pouco satisfatórios”.

Moreira e Candau (2008, p.43) defendem que “o currículo se torne um espaço de pesquisa em cada escola”, atribuindo a pesquisa o sentido mais amplo que esta atividade pode ter, ou seja, não restrita à universidade. Os autores propõem que “todo(a) profissional da educação venha, de algum modo, a participar de pesquisas sobre sua prática pedagógica ou administrativa, sobre a disciplina que ensina, sobre os saberes docentes, sobre o currículo, sobre a avaliação, sobre a educação em geral, sobre a sociedade em que vivemos ou sobre temas diversificados (não incluídos no currículo)”. Consideram que “gestores e docentes precisam organizar os tempos e espaços escolares para abranger as atividades de pesquisa”, como também envolver a comunidade e as secretarias de ensino nesse planejamento.

Nessa direção, encontram-se algumas produções que tratam das contribuições da pesquisa para o aprimoramento de situações de ensino e de aprendizagem na prática educativa. Uma delas, apresentada por Sampaio (2005) investiga os desafios de uma professora-pesquisadora, que em sua tese de doutorado, se propõe a avaliar, em

conjunto com professoras de uma escola, o complexo processo de aquisição da escrita de um mesmo grupo de crianças, em classe de alfabetização e 1ª série.

No desenvolvimento do processo de investigação-ação, a ser realizado no projeto do Observatório da Educação, núcleo UTP, pretende-se encontrar formas para reorganizar o tempo escolar, envolvendo o coletivo dos profissionais da escola em atividades de pesquisa, sobre os problemas da prática pedagógica relacionados aos conteúdos e métodos de alfabetização e letramento. O objetivo é envolver os professores das escolas do campo e acadêmicos das licenciaturas, participantes do projeto, em situações investigativas, promovendo a aprendizagem dos procedimentos de pesquisa e o desenvolvimento da atitude investigativa.

Segundo Soares (2008, p.101) o professor somente estará habilitado para uma ação pedagógica competente se o seu processo de formação for marcado pelas pesquisas nas áreas específicas de atuação. A autora reforça que a pesquisa na formação do professor pode favorecer a aprendizagem dos processos de sua produção do conhecimento, ou seja, a aprendizagem dos métodos e procedimentos de pesquisa. Ela traz o exemplo da pesquisa para a atuação competente do professor alfabetizador, assegurando que não basta conhecer o sistema ortográfico da língua portuguesa, ou estar informado sobre teorias psicológicas ou psicolinguísticas. Porém, é fundamental que o professor “conheça as pesquisas linguísticas sobre as relações entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico, as pesquisas psicolinguísticas sobre a aquisição do sistema ortográfico pela criança, as pesquisas psicológicas sobre a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo”. (SOARES, 2008, p. 101).

Soares (2004, p.5) explica que há uma especificidade entre os termos alfabetização letramento e uma indissociabilidade entre estes dois processos, tanto na teoria como na prática pedagógica. A alfabetização como o processo de aquisição da leitura e da escrita pela criança, não se dissocia do letramento, que significa a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. Por essa razão será verificado também os níveis de leitura das professoras, ou seja, suas habilidades de leitura e escrita, de entendimento da realidade sociocultural das escolas do campo, das relações e conflitos que ocorrem no campo brasileiro. Do mesmo modo, trabalhar com as professoras a investigação da própria prática pedagógica, no que concerne ao conteúdo e método da alfabetização e letramento.

Esta proposta, para aprendizagem dos processos e produtos de pesquisas na área da alfabetização e letramento, que se pretende realizar na formação continuada com as

professoras e acadêmicos envolvidos no projeto do Observatório. A intenção é incentivar as professoras da escola do campo, como também, as acadêmicas a continuarem desenvolvendo pesquisas na sua prática e buscar dar continuidade aos seus estudos em nível de pós-graduação.

Consideramos que a pesquisa contribui efetivamente para a melhoria da formação, mas por si só, não resolverá os problemas da qualificação e prática profissional de professores e pedagogos, considerando os determinantes sócio-históricos presentes no contexto educacional. Por essa razão, busca-se encontrar as melhores condições de formar esses profissionais pela e para a pesquisa, tanto no processo de formação inicial como continuada para que possam contribuir com a melhoria da prática pedagógica realizada nas escolas.

Nesse sentido, André alerta que se o movimento em defesa do professor pesquisador “tem o grande mérito de valorizar o papel social do professor como agente de mudança e produtor de conhecimentos, há também o grande risco de se voltar contra ele, colocando apenas sobre suas costas a culpa de todas as mazelas da educação” (ANDRÉ, 2008, p.60).

Ao discutir a importância da pesquisa na própria prática pedagógica, é fundamental lançar análises sobre as políticas educacionais, afinal, como os professores têm tido acesso à formação continuada? Quais desafios precisam ser superados para contribuir com o avanço da educação do campo? Adiante tecemos reflexões sobre tais questões.

ACESSO DOS PROFESSORES À FORMAÇÃO CONTINUADA: ESTADO X MUNICÍPIO⁵.

O acesso dos professores aos processos de formação de educação continuada é bastante desigual. Os professores vinculados à Secretaria de Estado da Educação têm maior oportunidade de participar dos eventos organizados pela Coordenação da Educação do Campo, no contexto do Departamento da Diversidade, e pelos Núcleos Regionais de Ensino. Já, os professores vinculados às Secretarias Municipais de Educação participam das poucas iniciativas empreendidas nos municípios.

⁵ Este tópico integra o capítulo de autoria de Maria Antônia de Souza intitulado “A Educação é do campo no estado do Paraná?”

O debate da Educação do Campo ainda é incipiente nos municípios do estado do Paraná, e a grande maioria das escolas é vinculada às secretarias municipais, cerca de 1.332 escolas, conforme dados da Coordenação da Educação do Campo. Esse parece ser um desafio urgente aos gestores municipais. O município de Araucária tem desenvolvido debates sobre a Educação do Campo. Na gestão política anterior, que foi até 2008, havia uma equipe específica para discutir a Educação do Campo. Essa equipe organizou uma proposta de diretriz curricular local da Educação do Campo. Na gestão política atual, 2009-2012, há outra equipe de professores com a incumbência de problematizar a temática da diversidade no município, incluindo aí a categoria dos povos do campo. A região sudoeste do Paraná, onde existem experiências dos movimentos sociais de trabalhadores e da ASSESOAR⁶, os professores e os gestores municipais intensificam processos de formação continuada. Há que se analisar a realidade regional para compreender a inserção dos professores municipais e estaduais na formação continuada, bem como entender a própria oferta de cursos, seminários e grupos de estudos.

Da parte dos núcleos regionais vinculados ao Estado, são 31 núcleos que possuem escolas estaduais localizadas no campo. Todos os núcleos têm se envolvido com os eventos organizados pela Secretaria de Estado da Educação. Professores e gestores participam dos seminários, simpósios e formação continuada, além dos núcleos de pesquisa existentes nas localidades. Mendes (2009) em sua dissertação de mestrado traz um retrato da Educação do Campo no estado do Paraná, demonstra que boa parte dos profissionais ainda desconhece as Diretrizes da Educação do Campo, publicadas em 2006.

Existem iniciativas de formação continuada voltadas aos professores que trabalham nos assentamentos e acampamentos. Há pouco tempo teve início a formação continuada voltada aos professores das escolas das ilhas e aos professores que trabalham em áreas de remanescentes de Quilombos. São iniciativas dos últimos dois anos no estado do Paraná, à exceção das escolas localizadas nos assentamentos que, por influência do MST, já realizam formação continuada em suas localidades.

O que se nota é que a formação continuada está sendo intensificada pela política do governo estadual, ao passo que as políticas municipais em geral não têm revelado maior atenção à educação dos povos do campo. Pode-se dizer que há necessidade de

⁶ Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, criada em 1966, no município de Francisco Beltrão/PR. Vide <http://www.assesoar.org.br>

capacitação técnica aos gestores municipais, de modo a explicitar as faces da escolarização rural no estado, as demandas dos movimentos sociais e as frentes que podem ser potencializadas de modo que os municípios valorizem, em suas agendas, os povos do campo.

No estado do Paraná é possível revelar três frentes de formação dos profissionais da educação que trabalham nas escolas do campo. 1) Formação inicial diretamente vinculada aos professores que trabalham nas escolas do campo, a exemplo do curso desenvolvido pela Unioeste a partir de 2004 e do curso de Licenciatura em Educação do Campo, desenvolvido pela Unicentro desde 2009. 2) Formação continuada – especialização *lato sensu* - para os professores que trabalham nas escolas do campo. 3) Formação continuada no formato de cursos de capacitação, simpósios, seminários destinados a todos os professores vinculados ao Estado.

A formação inicial diz respeito ao curso de Pedagogia e ao curso Licenciatura em Educação do Campo. O Curso de Pedagogia do Campo foi desenvolvido no início desta década, na Universidade do Oeste do Estado do Paraná. Foi desenvolvido segundo a concepção da Educação em Alternância e, atualmente, alguns dos egressos trabalham em escolas do campo, outros estão em coordenação ou gestão escolar e outros continuam os estudos, desenvolvendo pesquisa de mestrado. O curso de Licenciatura em Educação do Campo é novo no país e foi aprovado para ter início no segundo semestre de 2009 no estado do Paraná, na Universidade do Centro do Estado – Unicentro. São cursos de formação inicial diretamente vinculados ao debate da Educação do Campo no país, são destinados aos professores que trabalham nas escolas do campo ou àqueles que têm interesse de nelas atuarem. Agregam profissionais que de alguma forma são pesquisadores dos movimentos sociais do campo e da Educação do Campo.

A formação continuada tem várias frentes no estado. A Universidade do Oeste do Estado realizou curso de formação continuada junto a professores do noroeste do estado. A Universidade Federal do Paraná realizou curso de especialização em Educação do Campo, tendo este sido concluído no ano de 2008. No momento a Universidade Federal do Litoral oferece curso de especialização em Educação do Campo a Distância, vinculado à Universidade Aberta do Brasil. Os dois primeiros cursos produziram publicações coletivas que revelam faces das escolas localizadas no campo, aspectos pedagógicos e dimensões conceituais que permitem compreender a diversidade de experiências e de sujeitos do campo brasileiro.

Existem ainda os cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Estadual, que de 2003 a 2010 reuniu os professores e gestores, em Faxinal do Céu e nos núcleos regionais estaduais de educação, para discutirem a proposta curricular da Educação do Campo, a gestão nas escolas do campo e a formação geral do professor.

Os seminários e simpósios tendem a evidenciar a realidade do debate da Educação do Campo no país, por meio de palestras com expoentes dessa área, a exemplo de Antonio Munarim, Bernardo Mançano Fernandes, Edla Soares, Miguel Arroyo, Mônica Molina, Roseli Salette Caldart entre outros. Oficinas pedagógicas contam com participação de pesquisadores das universidades estaduais e da Federal, a exemplo de Cecília Ghedini, Eliane Tomiasi, Fernando José Martins entre tantos outros. São essas as principais frentes de formação inicial e continuada voltada à Educação do Campo no estado. Entretanto, cabe salientar que nos últimos anos as universidades têm se interessado pela discussão dos povos do campo nos cursos de Pedagogia. Na Universidade Tuiuti do Paraná, em 2007 foi criada a disciplina Educação do Campo como Tópico Especial do curso de Pedagogia e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação. Cursos de Educação a Distância têm incluído a Educação do Campo na agenda de palestras e conferências. Aos poucos os cursos de Pedagogia trazem a discussão da Diversidade para a sala de aula e nela incluem os povos do campo e as suas lutas. São experiências pontuais que aos poucos adensam o debate da realidade brasileira – rural e camponesa – nas salas de aula. É bem verdade que há muito que caminhar, porém os primeiros sinais e passos estão cada vez mais visíveis e enraizados. Essa realidade da formação inicial e continuada tem propiciado um terreno fértil para a realização de Trabalhos de Conclusão de Cursos, especialmente nas licenciaturas. Da mesma forma, vem sendo constatado o aumento de pesquisas de mestrado e de doutorado na área de educação, com ênfase na educação do campo. As pesquisas geradas nesse cenário têm enriquecido muitos eventos científicos nacionais, como é o caso da Anped, Anpeds regionais, Endipe e eventos de outras áreas como a Sociologia, Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto do Observatório encontra-se em fase inicial, mas é possível verificar algumas conquistas no que tange à formação, prática de pesquisa e políticas educacionais, a saber:

No âmbito da política educacional local: Os secretários municipais de educação têm se interessado pelo tema da educação do campo. Dos cinco municípios envolvidos no projeto, três têm estado envolvidos no projeto e têm participado dos seminários promovidos pelo Observatório para discussão de formação de professores, currículo e políticas públicas. Eles apresentam as principais inquietações presentes nos municípios. Nota-se que a preocupação a manutenção da escola no campo está entre os desafios municipais. Do mesmo modo, a oferta de processos de formação continuada (reuniões, cursos, especialização etc.) tem preocupado secretários, coordenadores pedagógicos e professores. Outra frente de ação que vem sendo desenvolvida em dois dos cinco municípios é a inserção de uma discussão sobre a educação e a realidade das escolas do campo nos Planos Municipais de Educação. Consideramos que tais conquistas são importantes, haja vista que até então poucos profissionais se preocupavam com as escolas e com a realidade de trabalho dos professores do “interior”.

No contexto das práticas dos professores: Nota-se que, pela primeira vez, os dez professores das redes municipais (seis deles bolsistas) têm se preocupado com o currículo e com a proposta pedagógica da escola. Eles começam a notar que a proposta pedagógica não está contextualizada, ou seja, as características locais de trabalho, cultura, identidade etc. não são contempladas na concepção educacional que orienta os projetos político-pedagógicos, muitos deles trazidos do urbano para o campo. Dessa forma, a participação dos professores no projeto Observatório tem possibilitado inquietações sobre a própria prática pedagógica, sobre a política educacional local e tem suscitado o interesse por modificações no projeto político-pedagógico e na organização do trabalho docente. Os professores pensam na organização de grupos de estudo e têm estado atentos às bibliografias específicas da educação do campo que são trabalhadas no projeto do Observatório.

Na relação universidade e rede municipal de ensino: Por meio do projeto Observatório, vive-se a articulação entre ensino, pesquisa e

extensão. São seis alunos da graduação e seis alunos da pós-graduação (mestrado e doutorado) que participam do projeto. À exceção dos alunos da pós-graduação, que estão inseridos no Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP), os alunos da graduação, todos do primeiro ano, nunca tinham se deparado com estudos sobre a realidade rural do Brasil e muito menos sobre as escolas publicadas localizadas no campo. Considera-se que a participação no projeto Observatório potencializa processos emancipatórios de formação inicial de professores.

Em síntese, a atitude de pesquisa tem sido desenvolvida coletivamente. Aos poucos os professores, coordenadores pedagógicos, alunos e gestores municipais se conscientizam de que o Brasil e, particularmente o estado do Paraná têm fortes características rurais. É imprescindível que os cursos de formação inicial de professores dêem atenção às políticas e práticas pedagógicas necessárias ao avanço da concepção da educação do campo. Essa concepção prima por um projeto socioambiental sustentável, por outro projeto de país, de educação e de escola pública.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa, Formação e Prática docente. In: ANDRÉ, M.; (Org.). **O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

FRIGOTTO, G. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIM, A. et al (orgs.). **Educação do campo – Reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

MENDES, M. M. A escola do campo e seu significado: o ponto de vista de professores e professoras da rede estadual de educação do Paraná. 155f. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

MUNARIM, A. Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., Caxambu, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. (GT 3 - Movimentos Sociais e Educação). Acesso em: 22/08/2011.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre o Currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, SEB, 2008.

SAMPAIO, C. S. Avaliar o processo de aquisição da escrita para uma professora pesquisadora. In: ESTEBAN, M.T. **Escola, Currículo e Avaliação**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, L. L. C. P. de. Dilemas e perspectivas na relação entre ensino e pesquisa. In : ANDRÉ, M. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 9.ed. São Paulo : Papirus, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 6.ed. Campinas,SP: Autores Associados. 1997.

SOARES, M. As pesquisas nas áreas específicas influenciando o curso de formação de professores. In: ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____.Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n.25, Jan /Fev /Mar /Abr, 2004. P.5-17.

SOUZA, M. A. Educação do campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica. **Educação e Sociedade**, n. 105, Campinas, dezembro de 2008. P. 1.089-1.111.

SOUZA, M. A. de.. A educação é do campo no estado do Paraná? In: SOUZA, M. A. de (org.). **Práticas Educativas no/do Campo**. Ponta Grossa: UEPG, 2011. (no prelo).